



Ser e Conviver: conflitos e conquistas do movimento de Economia Solidária em Santa Catarina e no Médio Vale do Itajaí

CORDEIRO, João Paulo¹;
FRONZA, Cláudia Sombrio²;
HINKEL, Jaison³;
LACERDA, Márcia Rejane Ferreira⁴

RESUMO EXPANDIDO TRABALHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Grupo Temático: Economia Solidária, Território, Políticas públicas e Controle social

Resumo

Este trabalho identifica estratégias de mobilização, articulação e debate da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI), visando o reconhecimento das demandas dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e a construção de respostas políticas. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se em análise documental e observação participante de reuniões realizadas entre março de 2023 e dezembro de 2024. A partir do método crítico-dialético, foram sistematizadas práticas que evidenciam a força da organização coletiva frente à vulnerabilidade social e econômica. Os resultados apontam avanços na articulação política, captação de recursos, formação e ocupação de espaços públicos, revelando o potencial transformador da RESVI como movimento social e educativo. A experiência contribui para o fortalecimento da Economia Solidária e discussão em torno da necessidade da consolidação de uma política pública de apoio e fomento.

Palavras-chave: Economia Solidária; autogestão; políticas públicas; inclusão produtiva; organização coletiva.

Introdução

A Economia Solidária no Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina, configura-se como uma alternativa concreta de geração de trabalho e renda para trabalhadores autônomos, artesãos e populações em situação de vulnerabilidade social e econômica, incluindo aquelas afetadas por doenças e agravos à saúde. Trata-se de uma estratégia coletiva que busca promover inclusão produtiva e justiça social por meio de práticas autogestionárias, pautadas em princípios como cooperação, solidariedade, democracia e sustentabilidade.

¹ Fundação Universidade Regional de Blumenau, ITCP/FURB, cfronza@furb.br

² Fundação Universidade Regional de Blumenau, ITCP/FURB, jpcordeiro@furb.br

³ Fundação Universidade Regional de Blumenau, ITCP/FURB, jhinkel@furb.br

⁴ Fundação Universidade Regional de Blumenau, ITCP/FURB, marcialacerda@furb.br



Contudo, para que essa proposta se consolide como política pública efetiva, é imprescindível o reconhecimento institucional dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e a implementação de ações estruturantes que envolvam fomento à produção, comercialização, crédito, acesso ao mercado e formação educacional e profissional. A ausência de políticas públicas consistentes e de apoio técnico contínuo compromete a sustentabilidade dessas iniciativas, que muitas vezes surgem como única alternativa de subsistência para populações excluídas da lógica do mercado formal.

Neste contexto, apresenta-se o resultado da pesquisa "Ser e Conviver: conflitos e conquistas do movimento de Economia Solidária em Santa Catarina e no Médio Vale do Itajaí", que tem como objetivo identificar as principais estratégias de mobilização, articulação e debate promovidas pela Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI), visando o reconhecimento das demandas dos EES e a construção de respostas políticas correspondentes. Criada no ano de 2000, a RESVI emerge da necessidade de articulação entre empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos, com vistas ao fortalecimento político, econômico e social da Economia Solidária na região.

A relevância da pesquisa reside na sistematização, sob uma perspectiva teórica e analítica, das estratégias de resistência e reivindicação que emergem da RESVI e dos grupos autogestionários, bem como dos conflitos, tensões e conquistas que caracterizam esse movimento. Em um cenário marcado pela crise do capital e pelo avanço do projeto neoliberal, observa-se o desmonte do sistema de proteção social, o aumento do desemprego e da pobreza. Frente a esse panorama, os movimentos sociais organizados em redes e fóruns revelam potencial transformador, promovendo o acesso aos direitos sociais e ampliando a cidadania ativa dos trabalhadores.

Parte-se do pressuposto de que os movimentos sociais constituem espaços educativos e de participação, nos quais se produzem saberes e aprendizagens por meio de negociações, diálogos e confrontos. A pesquisa baseia-se em material documental das reuniões do coletivo e em observação participante, adotando uma abordagem qualitativa voltada ao mapeamento das principais discussões e deliberações que orientam o movimento da Economia Solidária e os coletivos vinculados à RESVI. As ações analisadas estão inseridas no programa permanente institucional de extensão da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB), que atua como agente articulador e formador junto aos empreendimentos solidários da região.

Metodologia

Este estudo busca apreender o movimento real do objeto de investigação, aprimorando o conhecimento teórico sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e sobre a dinâmica territorial do Médio Vale do Itajaí. A análise considera a complexidade das relações sociais envolvidas, bem como suas contradições e antagonismos, compreendendo os EES como fenômenos históricos e transitórios, inseridos em um contexto de transformação social.

O território em questão é caracterizado por uma expressiva presença de iniciativas autogestionárias, especialmente voltadas à economia popular, ao artesanato e à agricultura familiar. Nesse cenário, a Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí



(RESVI) atua como articuladora de empreendimentos, entidades de apoio e gestores públicos, promovendo ações coletivas voltadas à inclusão produtiva e à construção de alternativas econômicas sustentáveis.

Para responder às problemáticas levantadas e aos objetivos da pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, com base em levantamento documental e observação participante. A coleta de dados foi realizada por meio da análise de registros e da participação em reuniões da RESVI, com o intuito de identificar informações sobre a articulação coletiva, estratégias políticas e ações públicas desenvolvidas. O recorte temporal da análise abrange o período de março de 2023 a dezembro de 2024, totalizando 13 reuniões. Este intervalo é marcado por eventos significativos, como a transição de coordenações no Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES) e no Conselho Estadual de Artesanato e Economia Solidária (CEAES), o estabelecimento de parcerias institucionais, a ampliação de espaços de comercialização, a captação de recursos via editais e a organização das conferências regional e estadual de Economia Solidária.

A pesquisa fundamenta-se no método crítico-dialético, que permite uma interpretação crítica da realidade social, recuperando categorias essenciais para a compreensão dos fenômenos estudados. Esse método possibilita situar os processos organizativos da Economia Solidária dentro de sua especificidade histórica, articulando os elementos econômicos, políticos e sociais que os constituem. Ao considerar a totalidade e a historicidade dos sujeitos e das práticas, o método crítico-dialético contribui para revelar as mediações entre estrutura e ação, entre teoria e prática, e entre os valores autogestionários e as condições concretas de existência dos trabalhadores envolvidos.

Resultados e Discussão

A Economia Solidária tem se afirmado como uma das alternativas mais significativas ao modelo capitalista contemporâneo, especialmente diante do aprofundamento da exclusão social provocado pela ascensão das políticas neoliberais. Conforme Singer (2002), essa proposta representa uma resposta prática e viável à marginalização econômica, desde que haja empenho do movimento operário e de seus aliados na criação e fortalecimento de cooperativas e associações de trabalhadores. O autor define a Economia Solidária como um conjunto de experiências coletivas de trabalho, produção, comercialização e crédito, organizadas com base em princípios de solidariedade, e materializadas em diversas formas organizativas, como cooperativas, associações, empresas autogestionárias, bancos comunitários e clubes de troca.

Essas iniciativas buscam construir novas relações sociais fundamentadas em valores autogestionários, como o exercício democrático do poder, a autonomia dos sujeitos, o controle coletivo dos meios de produção e a gestão compartilhada dos processos econômicos, técnicos, políticos e sociais. A força desses empreendimentos reside na capacidade de organização da classe trabalhadora e na sua atuação contra as desigualdades estruturais. Nesse sentido, Gaiger (2004, p. 11) destaca que princípios como autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, sustentabilidade



e responsabilidade social devem orientar as práticas da Economia Solidária, consolidando-a como um projeto político e ético de transformação social.

No Médio Vale do Itajaí, os resultados obtidos pela Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI), em articulação com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da FURB (ITCP/FURB), evidenciam avanços significativos que materializam esses princípios. Destaca-se a articulação com dois deputados estaduais, visando a captação de recursos para fortalecer o movimento da Economia Solidária na região e no estado. Essa parceria institucional resultou na aprovação de emendas parlamentares que contemplaram ações como a realização da Feira Estadual de Economia Solidária, a implementação do Centro Estadual de Formação Ecosol e o apoio a projetos de educação, assessoria técnica e incubação. Apesar dos vetos que comprometeram parte do orçamento previsto, a destinação de R\$ 1,9 milhão representa um marco importante para o setor. Além disso, a interlocução com o governo estadual, por meio de um deputado do PSOL, buscou viabilizar melhorias na infraestrutura da feira realizada no Campus I da FURB, com a proposta de instalação de telhas térmicas para qualificar o ambiente.

Outro aspecto relevante foi a participação ativa dos EES vinculados à RESVI e da equipe da ITCP/FURB em eventos e ações promovidas pelo Fórum Catarinense de Economia Solidária (FCES) e pelo Centro de Apoio à Economia Solidária (CEAES). A submissão de projetos a diferentes editais, como os do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), do SICOOB e do próprio CEAES, este último contemplado com R\$ 100 mil para a reforma da Associação Vitrine, demonstra a capacidade de mobilização e planejamento estratégico da rede.

A capilarização das parcerias também se expressa na organização e participação em diversas feiras realizadas em espaços como o Campus I da FURB, o IFSC de Gaspar e a Feicoop de Santa Maria. Esses eventos não apenas promovem a comercialização dos produtos, mas também fortalecem os vínculos entre os empreendimentos e a comunidade acadêmica e regional.

No campo da formação, foram desenvolvidos processos educativos voltados tanto aos empreendimentos quanto à equipe da ITCP/FURB. As oficinas e cursos abordaram temas como Saúde Mental e Luta Antimanicomial, Autogestão, Educação Popular, Comunicação, Políticas Públicas, Agroecologia, Sustentabilidade, entre outros. Ministradas por bolsistas, representantes de instituições parceiras e professores da FURB, essas formações contribuíram para a qualificação dos produtos e serviços oferecidos, além de justificar a presença da Economia Solidária nos espaços universitários. A certificação dos cursos reforça o compromisso com a valorização dos saberes e práticas dos empreendimentos.

Nesse contexto, a constituição de redes de Economia Solidária representa uma estratégia fundamental para o fortalecimento do movimento. Conforme Sheren-Warren, as redes são espaços que oportunizam a construção de uma identidade coletiva, estruturada em torno de afinidades e objetivos comuns. Mance (2002, p. 23) argumenta que essas redes constituem uma alternativa pós-capitalista à globalização, promovendo crescimento econômico e expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente referenciadas. Para Mance (2003, p. 220), a rede de colaboração solidária é uma



categoria analítica que emerge da prática dos atores sociais contemporâneos, articulando dimensões econômicas, políticas e culturais em um movimento de retroalimentação e crescimento conjunto, autossustentável e antagônico ao capitalismo. Por fim, destaca-se a organização da 4ª Conferência Regional de Economia Solidária, realizada em conjunto com o Fórum Litorâneo, como expressão concreta da articulação em rede e da construção coletiva de alternativas ao modelo econômico dominante.

Em síntese, os avanços alcançados pela RESVI e pela ITCP/FURB demonstram que a Economia Solidária, fundamentada em princípios éticos e democráticos, constitui-se como projeto político e pedagógico capaz de enfrentar as desigualdades sociais e promover a emancipação dos trabalhadores.

Entretanto, uma das principais dificuldades enfrentadas pelo movimento é a descontinuidade no financiamento público e na execução de ações estruturantes voltadas ao apoio dos EES e das entidades de suporte. A ausência de políticas públicas permanentes e integradas compromete a sustentabilidade das iniciativas, revelando uma fragilidade institucional que impede a consolidação da Economia Solidária como política de Estado.

É fundamental reconhecer que o Estado desempenha um papel central na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas, sendo o principal agente responsável por garantir condições estruturais para o desenvolvimento de estratégias de inclusão produtiva. Ações essas, que possam superar a condição atual do município de Blumenau, mas comum a outras regiões do estado e do país quanto a uma inclusão perversa (Sawaia, 2001) de segmentos vulneráveis da nossa sociedade que – mesmo morando, trabalhando e sendo consumidores na cidade – ainda são marginalizados ou não acessam o mercado formal e, quando organizados em associações ou pequenas cooperativas vinculadas à Economia Solidária, o município não os contempla no orçamento público atualmente. Quando as ações são conduzidas apenas como iniciativas de governo, sujeitas à alternância de mandatos e prioridades políticas, não se assegura a continuidade necessária para o fortalecimento dos empreendimentos autogestionários e das redes colaborativas.

A consolidação da Economia Solidária como política pública exige compromisso institucional, financiamento estável, formação continuada e reconhecimento legal dos EES. Trata-se de uma responsabilidade do Estado em promover justiça social, democratização econômica e valorização do trabalho coletivo, especialmente em contextos marcados pela exclusão e vulnerabilidade. A experiência da RESVI evidencia que, embora os movimentos sociais tenham grande capacidade de organização e resistência, é imprescindível que o Estado assuma seu papel como garantidor de direitos e promotor de políticas públicas efetivas e duradouras.

Considerações Finais

A experiência da Rede de Economia Solidária do Vale do Itajaí (RESVI), articulada com a ITCP/FURB, evidencia o potencial transformador da organização coletiva como estratégia de enfrentamento às desigualdades sociais e econômicas. A pesquisa permitiu identificar avanços significativos na articulação política, na captação de recursos, na



formação dos empreendimentos e na ocupação de espaços públicos, reafirmando os princípios da autogestão, da cooperação e da democracia como fundamentos da Economia Solidária. No entanto, os desafios persistem, especialmente no que se refere à descontinuidade das políticas públicas e à ausência de ações estruturantes permanentes por parte do Estado. A consolidação da Economia Solidária como política pública exige compromisso institucional, financiamento estável e reconhecimento legal dos EES. Como ação futura, destaca-se a importância de ampliar o diálogo com gestores públicos e fortalecer a incidência política da RESVI, visando garantir a continuidade das ações e a institucionalização das práticas solidárias como parte integrante das políticas de desenvolvimento regional. Mesmo que a Economia Solidária represente uma alternativa de geração de trabalho e renda sua consolidação como política pública depende da atuação efetiva do Estado, que deve assumir a responsabilidade de garantir financiamento contínuo, reconhecimento institucional e ações estruturantes. A experiência da RESVI, articulada com a ITCP/FURB, evidencia que, embora os movimentos sociais tenham grande capacidade de organização e resistência, é imprescindível que o Estado transcenda ações pontuais de governo e assume um compromisso duradouro com a promoção da justiça social e da inclusão produtiva.

Referências

- FRONZA, Claudia Sombrio. **Ser e conviver na Rede de Economia Solidária no Vale do Itajaí: em tempos de pandemia**. Disponível em: <https://www.furb.br/pgex/projeto/buscaProjeto.view?nrAnoProjeto=2021&nrProjeto=507>. Acesso em: 20.08.2025
- GAIGER, Luiz I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**. Disponível em <www.ecosol.com.br>. Acesso em: 30 de maio de 2002
- MANCE, Euclides A. **Redes de Colaboração Solidária: aspectos econômico-filosófico: complexidade e libertação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MANCE, Euclides A. Redes de Colaboração Solidária. in: CATTANI, Antonio David (org). **A outra economia**, Porto Alegre, Veras Editores, 2003.
- SAWAIA, Bader B. Introdução: Exclusão ou Inclusão Perversa? In: SAWAIA, Bader B. (org). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- SCHERER-WARREN, Ilse; LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina**.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. In: SINGER, Paul. **Economia Solidária: introdução, história e experiência brasileira**. São Paulo: Editora Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2022.